

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
GABINETE DO PREFEITO



Lei n.º 01.222/01

Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, através do Banco do Brasil S. A., na qualidade de Mandatário, a oferecer garantias e dá outras providências correlatas

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO,** Estado de Mato Grosso do Sul, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, através do Banco do Brasil S. A., na qualidade de Mandatário, até o valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas do BNDES e as condições específicas aprovadas pelo BNDES para a operação.

**Parágrafo Único** – Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projetos integrante do PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, do BNDES.

**Art. 2º** - Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se referem o artigo 159, inciso I, alínea “b”, e parágrafo 3 da Constituição Federal.

**Parágrafo Único** – Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo fica o Banco do Brasil S. A., autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados a conta e ordem do BNDES, nos montantes necessários a amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.



Av. Laranjeira, 264  
Cep 79.280-000  
Fone: (xx67) 287-1180/287-1338  
CNPJ: 03.107.539/0001-32

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
GABINETE DO PREFEITO



Lei n.º 1.222/01.

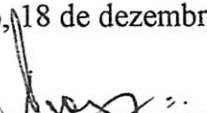
Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º - O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da contrapartida financeira do Município no Projeto e das despesas relativas a amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar as adequações necessárias no Orçamento Geral do Município, no que trata ao Programa de Trabalho e Elemento de Despesas, para a implantação do PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária.


Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e afixação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Murtinho, 18 de dezembro de 2001.

  
ABEL NUNES PROENÇA  
Prefeito Municipal

Nos termos do § 1º, do Artigo 131, da LOM.,  
esta Lei é publicada e afixada no Paço e Câmara  
Municipal, nos locais de costume.  
Data supra.

  
FABIO SILVA DOS SANTOS  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

  
JOAQUIM ANTONIO LADEIRA ESCRIVÃO  
ASSESSOR JURÍDICO